

Art.133F – A gratificação a que se refere esta Subsessão será concedida no valor correspondente a 1/3 (um terço) do vencimento inicial do Cargo de Analista Legislativo e não será revogada enquanto durar a designação.

Art.133G – Para a prestação de assessoramento temático às comissões técnicas, deverá ser designado o número de servidores correspondente a, no máximo, o dobro do número de comissões técnicas existente, os quais serão subordinados à chefia da Seção correspondente e prestarão serviços em regime de tempo integral.”

Art. 3º - As gratificações incorporáveis aos proventos de aposentadoria serão sempre pagas em seu valor integral, independentemente da forma com que foi concedida a aposentadoria.

Art. 4º - As despesas com a execução desta resolução correrão à conta do orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo, porém, os seus efeitos a 1º de junho de 2004..

**SALA DAS SESSÕES**, em de junho de 2004.

**Deputado CÉLIO SILVEIRA**  
Presidente

**Deputado OZAIR JOSÉ**  
1º Secretário

**Deputado ZÉ GOMES**  
2º Secretário

## **RESOLUÇÃO Nº 1.164 DE 22 DE JUNHO DE 2004..**

*Transforma em Escola do Legislativo o Centro de Estudos do Poder Legislativo Deputado João Divino Dorneles.*

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do art. 11, § 1º da Constituição do Estado de Goiás, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte resolução:

**Art. 1º** - É transformado, em Escola do Legislativo Deputado **JOÃO DIVINO DORNELES** da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, o Centro de Estudos do Poder Legislativo de mesmo nome.

**Art. 2º** - Fica a Mesa Diretora autorizada a regulamentar a Escola a que se refere o artigo anterior.

**Art. 3º** - As despesas com a execução desta resolução correrão à conta de dotação orçamentária própria da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

**Art. 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES**, em de de 2004.

**Deputado CÉLIO SILVEIRA**  
Presidente

**Deputado OZAIR JOSÉ**  
1º Secretário

**Deputado JOSÉ GOMES**  
2º Secretário

## **MESA DIRETORA**

**Deputado CÉLIO SILVEIRA**  
- PRESIDENTE -

**Deputado JARDEL SEBBA**  
- 1º VICE-PRESIDENTE -

**Deputado DANIEL GOULART**  
- 2º VICE-PRESIDENTE -

**Deputado OZAIR JOSÉ**  
- 1º SECRETÁRIO -

**Deputado JOSÉ GOMES**  
- 2º SECRETÁRIO -

**Deputado PAULO GARCIA**  
- 3º SECRETÁRIO -

**Deputada MAGDA MOFATTO**  
- 4ª SECRETÁRIA -

**BIÊNIO 2003/2004**

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**

**GOIÂNIA- GOIÁS**

Carmem Lúcia



# Diário da Assembleia

ÓRGÃO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE GOIÁS

ANO LXV

GOIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2004

NUM.: 9.523

## ATOS DA MESA

### RESOLUÇÃO Nº 1.163 DE 22 DE JUNHO 2004.

Introduz alterações na Resolução nº 1073, de 10 de outubro de 2001 e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. II, inciso XV, da Constituição do Estado de Goiás, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte resolução:

Art. 1º - O artigo 111 da Resolução nº 1073, de 10 de outubro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 111 – A gratificação pela prestação de serviço extraordinário destina-se a remunerar o serviço prestado fora da jornada normal a que estiver sujeito o servidor, no desempenho do seu cargo efetivo, não podendo, em caso algum, exceder a 15 (quinze) horas por mês." (NR)

Art. 2º - A Seção V, do Capítulo I, do Título IV da Resolução 1073, de 10 de outubro de 2001, passa a vigorar acrescida de mais duas subseções com a seguinte redação, respectivamente:

"TÍTULO IV

[...]

CAPÍTULO I

[...]

SEÇÃO V

[...]

SUBSEÇÃO IX

[...]

### Subseção X

### DA GRATIFICAÇÃO ADICIONAL DE APERFEIÇOAMENTO

Art 133A – Ao servidor que possuir grau de instrução superior ao nível do cargo de provimento

efetivo de que é titular será concedida uma gratificação adicional de aperfeiçoamento no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento-base do cargo que ocupa, vedada a sua computação para o cálculo de outros benefícios.

Parágrafo Único - A gratificação adicional de aperfeiçoamento incorporar-se-á ao vencimento-base, para todos os efeitos legais, na data de sua concessão.

Art 133B – A comprovação da condição exigida para a concessão da gratificação adicional de aperfeiçoamento dar-se-á pela apresentação de certificado de conclusão de curso expedido por instituição de ensino reconhecida e autorizada pelo Ministério da Educação ou, na hipótese de curso de especialização, entidade registrada no órgão de classe ou, ainda, entidade estrangeira de comprovada idoneidade.

Parágrafo Único – Para a comprovação a que se refere este artigo será exigida a apresentação do documento original para efeito de comparação com a cópia autenticada a ser juntada ao ato de concessão da gratificação.

Art 133C – A gratificação adicional de aperfeiçoamento incorporar-se-á aos proventos de aposentadoria quando da passagem do servidor à inatividade.

Art 133D – A gratificação adicional de aperfeiçoamento será concedida mediante requerimento do servidor devidamente instruído.

### SUBSEÇÃO XI

### DA GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE ASSESSORAMENTO TEMÁTICO ÀS COMISSÕES TÉCNICAS

Art.133E – Ao servidor, ocupante de cargo de provimento efetivo, com formação de nível superior e especialização, ou experiência profissional comprovada, em área vinculada aos temas objeto de análise das Comissões Técnicas, será concedida gratificação pela prestação de assessoramento temático às comissões técnicas, mediante designação do Presidente da Assembleia Legislativa.